

REVISÃO – RETA FINAL
CONCURSO AGU - ADVOGADO DA UNIÃO
Resolução de Questões

CESPE/2015 – TRF 5ª REGIÃO

QUESTÃO 1

Assinale a opção correta relativamente à fundamentação, às fontes e às características do direito internacional público

- A) Admite-se a escusa de obrigatoriedade de um costume internacional se o Estado provar de forma efetiva que se opôs ao seu conteúdo desde a sua formação.
- B) Não há previsão expressa de princípios gerais do direito internacional no Estatuto da CIJ.
- C) O Estatuto da CIJ estabelece que as decisões proferidas pelas organizações internacionais sejam consideradas fontes do direito internacional público.
- D) A corrente voluntarista considera que a obrigatoriedade do direito internacional deve basear-se no consentimento dos cidadãos.
- E) O consentimento perceptivo da corrente objetivista significa que a normatividade jurídica do direito internacional nasce da pura vontade dos Estados.

B

QUESTÃO 2

A respeito dos tratados internacionais, assinale a opção correta.

- A) Como regra, um Estado não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado, salvo na hipótese de violação manifesta a norma de direito interno de importância fundamental sobre competência para concluir tratados.
- B) A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, conceitua como tratado o acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido em conformidade com o direito internacional, desde que sua denominação se inicie por um dos seguintes termos: tratado, acordo ou pacto.
- C) A reserva significa uma declaração unilateral feita por um Estado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, com o objetivo de excluir ou modificar efeito jurídico de certas disposições de um tratado multilateral ou bilateral.
- D) Para que um tratado internacional entre em vigor é necessário que ele seja registrado na Secretaria das Nações Unidas.
- E) A superveniência de uma norma de jus cogens que esteja em conflito com um tratado acarretará a suspensão temporária das disposições ajustadas até que haja modificação do que tiver sido pactuado. A superveniência de uma norma de jus cogens que esteja em conflito com um tratado acarretará a suspensão temporária das disposições ajustadas até que haja modificação do que tiver sido pactuado.

QUESTÃO 3

Assinale a opção correta com referência a imunidade jurisdicional.

- A) O fundamento para se reconhecer a imunidade de jurisdição das organizações internacionais repousa na divisão entre atos decorrentes de *jure imperii* ou de *jure gestionis*.
- B) A renúncia de imunidade de jurisdição por um Estado estrangeiro implica a impossibilidade de se invocar a impenhorabilidade de bens desse Estado por ocasião do processo de execução.
- C) Conforme entendimento do STJ, tratando-se de ato de guerra, haverá imunidade absoluta de jurisdição, por ser tal ato considerado como ato de império.
- D) A imunidade de jurisdição das organizações internacionais intergovernamentais é do tipo relativa por força do costume internacional
- E) A impenhorabilidade dos bens de Estado estrangeiro decorre de regra do direito costumeiro internacional.

C

QUESTÃO 4

Assinale a opção correta relativamente à personalidade jurídica internacional e à condição jurídica do estrangeiro.

- A) A personalidade jurídica internacional é reconhecida de forma ampla, equiparando-se, nesse aspecto, à personalidade estatal.
- B) Eventual acordo de concessão entre a multinacional General Motors e o Estado brasileiro será regido pelo direito dos tratados, haja vista a constatação de personalidade jurídica internacional das empresas multinacionais.
- C) Não se admite a extradição na hipótese de o Brasil não possuir tratado com o país requerente.
- D) Para a concessão de asilo político, exige-se a caracterização de crime de natureza política ou ideológica, admitindo-se, em determinadas situações, o critério da reciprocidade.
- E) A capacidade de que são dotadas as organizações internacionais intergovernamentais para firmar tratados decorre essencialmente de personalidade jurídica dessas organizações e das normas que as regem.

E

QUESTÃO 5

É corrente o entendimento de que o Estado constitui uma junção de elementos: uma base territorial, uma dimensão humana e um governo efetivamente estabelecido. Considerando o primeiro desses elementos, costuma-se identificar o elemento territorial ou espacial do Estado. Com relação a essa temática, assinale a opção correta.

- A) De acordo com decisão da CIJ, o sobrevoo não autorizado do território de um Estado (X) por aeronave pertencente a outro Estado (Y) não configura desrespeito à soberania territorial de X.
- B) O direito de passagem inocente no espaço aéreo ocorre da mesma forma que em relação ao mar territorial.
- C) O STF possui entendimento de existência de territórios indígenas, identificando, assim, a possibilidade de determinado povo atuar perante a ordem jurídica internacional
- D) É reconhecido aos navios de todas as nacionalidades o direito de passagem inocente no mar territorial brasileiro, que não compreende a possibilidade de auxílio a pessoas em perigo.
- E) A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar admite a possibilidade de expansão da plataforma continental brasileira além dos limites atualmente fixados de duzentas milhas marítimas.

E

CESPE/2011 – TRF 1ª REGIÃO

QUESTÃO 1

Assinale a opção correta quanto à solução de controvérsias no âmbito do MERCOSUL. Nesse sentido, considere que a sigla TAPR significa Tribunal Arbitral Permanente de Revisão.

- A) Quando controvérsia sobre a aplicação de decisão do Conselho do Mercado Comum envolver mais de cinco Estados-partes, o TAPR será integrado por três árbitros.
- B) Cada Estado-parte do MERCOSUL designará um árbitro titular e seu suplente para integrar o TAPR, por dois anos, renováveis por, no máximo, dois períodos consecutivos.
- C) A cidade de Buenos Aires é a sede oficial do TAPR do MERCOSUL.
- D) Os árbitros dos tribunais arbitrais ad hoc e os do TAPR serão nomeados entre pessoas com notável saber jurídico ou econômico, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade.
- E) Salvo disposição em contrário, os laudos dos tribunais arbitrais ad hoc devem ser cumpridos no prazo de um ano, a contar da notificação da parte obrigada.

B

QUESTÃO 2

À luz da Convenção de Viena, assinale a opção correta acerca das relações diplomáticas.

- A) Os locais da missão diplomática são invioláveis, exceto em caso de calamidades.
- B) O Estado acreditado tem o dever de doar os locais destinados à missão diplomática.
- C) A residência particular do agente diplomático tem proteção diferenciada dos locais da missão diplomática.
- D) Em caso de conflito armado, os locais da missão diplomática devem ser protegidos pelo Estado acreditado.
- E) Os arquivos e os documentos da missão diplomática são invioláveis, exceto em caso de fundada desconfiança em relação ao Estado suspeito de atividade ilícita.

D

QUESTÃO 3

Quanto ao registro e à publicidade de tratados internacionais, segundo a Carta das Nações Unidas, é correto afirmar que

- A) os tratados não registrados não podem ser invocados perante órgãos das Nações Unidas.
- B) a obrigação de registro e publicidade de tratados está contida em uma norma jus cogens.
- C) é competência da Assembleia-Geral das Nações Unidas publicar os tratados concluídos por qualquer membro da organização.
- D) os tratados devem ser registrados perante as Nações Unidas desde antes da ratificação.
- E) os tratados devem ser registrados e publicados em todas as línguas oficiais das Nações Unidas.

A

QUESTÃO 04

O fato de um Estado oferecer ajuda a outros dois Estados para resolver certa controvérsia, sem, contudo, interferir nas negociações, configura o meio de solução de controvérsias denominado

- A) mediação.
- B) conciliação.
- C) bons ofícios.
- D) inquérito.
- E) troca de notas.

C

QUESTÃO 05

No Brasil, é permitida a concessão de visto ao estrangeiro quando

- A) anteriormente deportado do país.
- B) Considerado nocivo à ordem pública.
- C) considerado nocivo aos interesses nacionais.
- D) menor de dezoito anos, desacompanhado do responsável legal.
- E) processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira.

A

QUESTÃO 06

O instrumento no qual as partes elegem a arbitragem internacional como forma de solução de possíveis litígios futuros caracteriza

- A) o compromisso arbitral.
- B) a qualificação prévia arbitral.
- C) a cláusula de eleição do foro.
- D) o reenvio prejudicial arbitral.
- E) a cláusula compromissória.

E

CESPE/2009 – TRF 5ª REGIÃO

QUESTÃO 1

Considerando a jurisprudência atual do STF, assinale a opção correta quanto à relação entre tratado e norma de direito interno.

Parte superior do formulário

- A) O STF apregoa o primado do direito internacional em face do ordenamento nacional brasileiro.
- B) Tratados e convenções guardam estrita relação de paridade normativa com as leis delegadas editadas pelo Poder Executivo.
- C) Há sempre a primazia dos tratados internacionais de comércio exterior sobre as normas internas aduaneiras.
- D) O Decreto-lei n.º 911/1969, que permite a prisão civil do devedor-fiduciante, foi revogado pelo Pacto de San José da Costa Rica.
- E) Para decidir conflito entre tratado e norma de direito interno, além do critério da *lex posterior derogat priori*, o STF aplica, ainda, um outro, qual seja, o da *lex posterior generalis non derogat legi priori speciali*.

E

QUESTÃO 2

Com relação ao Estatuto do Estrangeiro (Lei n.º 6.815/1980), assinale a opção correta.

- A) A posse ou a propriedade de bens no Brasil confere ao estrangeiro o direito de obter visto de qualquer natureza ou autorização de permanência no território brasileiro.
- B) O visto de trânsito pode ser concedido ao estrangeiro que, para atingir o país de destino, tenha de entrar em território brasileiro.
- C) O registro do estrangeiro deve ser mantido mesmo se o registrado obtiver naturalização brasileira.
- D) Deve ser concedida a extradição do estrangeiro quando o fato que motivar o pedido de extradição não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente.
- E) Deve ser concedida a extradição do estrangeiro quando o fato que motivar o pedido de extradição constituir crime político.

B